

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.473 - RJ  
(2019/0291187-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA MELLO**  
**ADVOGADO : MARCELO SANTORO PIRES DE CARVALHO ALMEIDA -**  
**RJ085615**  
**EMBARGADO : VANESSA SENNA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : ISRAEL JOÃO DE OLIVEIRA - RJ069757**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA MELLO, à decisão de fls. 280/281, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Verifica-se que na peça do recurso especial, as fls. 145/176, na justificativa da tempestividade houve um erro material, quando na peça constou que houve suspensão dos prazos em 06.11.2018, 07.11.2018 e 10.11.2018, sendo que o correto era o mês de dezembro, conforme documento de fls. 187 que comprovam as suspensões de prazo.

Neste passo, se analisarmos corretamente todo o processo é possível se constatar que conforme fls. 129 o acórdão rejeitando os embargos de declaração foi publicado em 29.11.2018 (quinta-feira) (fl. 285).

Como é sabido, o prazo processual se computa somente os dias uteis, se iniciando no dia útil subsequente a publicação, que no caso em tela se iniciou em 30.11.2018 (sexta-feira).

Excluindo os dias de suspensão de prazo, bem como o lapso temporal compreendido pelo recesso forense onde os prazos igualmente estão suspensos, como devidamente comprovado pelo recorrente as fls. 187, o prazo final para interposição do recurso especial se encerrava em 29.01.2019 (terça-feira).

[...]

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, “o recorrente comprovará a ocorrência do feriado local no ato de interposição do recurso”, o que foi feito às fls. 187.

Nessa esteia, ainda se tem as fls. 197, a Certidão de Autuação do Recurso Especial, o qual ratifica a tempestividade do presente recurso (fl. 286).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpra esclarecer, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, providência que não foi cumprida na apresentação do recurso. Veja-se que documento retirado da rede mundial de computadores, incluindo cópia de calendário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro ou mera relação de feriados, como feito pela parte (fls. 180/187), não tem o condão de afastar a intempestividade.

A propósito:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL.

INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO.

SIMPLES JUNTADA DE CÓPIA DE PÁGINA DA INTERNET NOTICIANDO FERIADO LOCAL. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NÃO COMPROVADA.

1. Para efeito de aferição da tempestividade recursal, a jurisprudência desta Corte Superior tem entendido que não basta a parte comprovar a simples ocorrência de feriado local. É preciso por documento idôneo, atestar a inexistência de expediente forense, o que, na hipótese, não ocorreu.

2. A eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos Tribunais de Justiça Estaduais, deve ser comprovada por documento idôneo, não servindo para tanto, a juntada de cópias de páginas extraídas da rede mundial de computadores. Precedentes.

3. *Agravo regimental improvido* (RCD no AREsp 898.206/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 25/10/2016.)

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DE FERIADO LOCAL OU SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. COMPROVAÇÃO EFETIVA.

1. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento de que a existência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense há de ser demonstrada por documento oficial ou certidão, expedida pelo Tribunal de origem, que afirme o período no qual ocorreu um desses fatos (STJ, EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ acórdão Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 11/4/2014).

2. Na forma da jurisprudência, "a comprovação da tempestividade do

recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental" (STJ, AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Corte Especial, DJe 15/10/2012).

3. Para efeito de tempestividade, a prova do feriado local ou recesso forense deve ser feita pela parte interessada por meio de documento idôneo, não servindo cópia do calendário do judiciário extraído da internet.

4. Agravo interno provido. (AgInt no AREsp 1250938/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. DOCUMENTO IDÔNEO À COMPROVAÇÃO.

AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ART. 932 E 1.003 DO CPC/2015

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

2. A Corte Especial, em 19/02/2012, no julgamento do AgRg no AREsp Superior Tribunal de Justiça 137.141/SE, firmou orientação segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

3. A parte recorrente deve comprovar a existência do feriado ou o ato de suspensão "por meio de documento idôneo (cópia da lei, ato normativo ou certidão exarada por servidor habilitado)" (AgRg nos EDcl no AREsp 306.522/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 10/09/2013), não servindo para tanto a mera menção à existência de portaria ou a juntada de calendário do Tribunal de origem. 4. Na vigência do novo Código de Processo Civil (art. 1.003, § 6º), a ocorrência de feriado local deve ser demonstrada por documento idôneo, no ato da interposição do recurso.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1158537/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 08/08/2018)

Registre-se que a Corte Especial, por maioria, acolheu a questão de ordem para reconhecer que a tese firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.813.684/SP é restrita ao feriado de segunda-feira de carnaval e não se aplica aos demais feriados, inclusive aos feriados locais (QO no REsp 1813684/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2020, DJe 28/02/2020).

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida

# *Superior Tribunal de Justiça*

no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente